

Política econômica sem rumo



Por LAURA CARVALHO*

O cenário atual não é muito distinto do que assistimos no governo Temer

Com a eleição de Arthur Lira e Rodrigo Pacheco para a presidência da Câmara e do Senado, o presidente Jair M. Bolsonaro poderia passar a ditar os rumos da política econômica do país na segunda metade de seu governo. É o que se poderia esperar de um governo com uma agenda econômica clara. Entretanto, a vitória do centrão parece trazer mais perguntas do que respostas. No campo da política fiscal, por exemplo, o eixo daqui para frente será a manutenção do teto de gastos e a aprovação das reformas propostas pelo Ministério da Economia, ou a conquista de maior popularidade para o presidente por meio da expansão significativa de programas de transferência de renda?

A dificuldade em responder a essa pergunta deriva de uma contradição presente no projeto bolsonarista desde 2018. Apesar de um histórico errático e fisiológico nas votações de medidas econômicas, típico do centrão que ele agora assume como seu, Bolsonaro delegou para seu “Posto Ipiranga” o discurso na área econômica nas eleições presidenciais e transformou assim sua plataforma em um casamento de conveniência entre fundamentalismo de mercado e conservadorismo autoritário nos costumes. A aliança fazia sentido naquele contexto. Afinal, a grave crise econômica de 2015-2016 era atribuída no senso comum aos escândalos de corrupção que invadiam o noticiário. Bolsonaro conseguiu se vender como aquele que não apenas livraria o país do *establishment* político, mas do próprio Estado, tido como intrinsecamente corrupto, por meio de medidas ultraliberais.

Nos primeiros dois anos de seu governo, o pouco que foi aprovado da agenda reformista (essencialmente a última versão da reforma da Previdência proposta pelo governo Temer) se deveu aos esforços de Rodrigo Maia. As medidas anunciadas por Paulo Guedes e sua equipe econômica não parecem nem ter sido desenhadas para sair do papel. A postura oposicionista da presidência da Câmara ajudava a manter as aparências do casamento de fachada entre Guedes e Bolsonaro. Afinal, no jogo de faz de conta que ajudou a mobilizar sua base mais fiel em meio às sucessivas frustrações nos indicadores econômicos, Bolsonaro podia continuar fingindo que apoiava seu ministro da Economia enquanto Guedes podia continuar atribuindo a um boicote do parlamento sua dificuldade em levar adiante uma ambiciosa agenda de reformas e privatizações, e seu fracasso em entregar uma melhora na economia mesmo antes da crise pandêmica.

Em 2020, a realidade se impôs e exigiu o abandono abrupto do fundamentalismo de mercado de Guedes e do reformismo de Rodrigo Maia. O decreto de calamidade pública e a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do orçamento de guerra abriram as portas para que o Brasil se tornasse o 16º país entre 176 analisados no Monitor Fiscal do FMI (Fundo Monetário Internacional) a mais gastar no enfrentamento à pandemia, atenuando substancialmente a queda do PIB (Produto Interno Bruto). O maior desses estímulos, o auxílio emergencial, foi capaz de criar uma situação um tanto paradoxal, na qual indicadores de pobreza e desigualdade caíram de forma expressiva enquanto vivíamos uma das mais graves crises da história.

O ganho de popularidade de Bolsonaro entre brasileiros da base da pirâmide exacerbou as divisões internas no projeto. Alas do governo se viram tentadas a abandonar o fiscalismo de Guedes e descontentar o mercado em prol de uma agenda mais voltada à geração de emprego e renda. Livrar-se do pilar do fundamentalismo de mercado aproximaria, em alguma medida, o projeto bolsonarista de outras experiências recentes de extrema direita ao redor do mundo, que combinaram o autoritarismo com discursos mais antissistêmicos na economia (como Viktor Orbán na Hungria, por exemplo).

a terra é redonda

Ao adentrar 2021 com o Congresso jogando a favor, a encruzilhada na área econômica torna-se ainda mais nítida. De um lado, a equipe econômica deixou de ter desculpas para não andar com sua agenda de reformas. De outro, a própria manutenção do centrão na base do governo custa caro. A autorização do TCU (Tribunal de Contas da União) para usar as sobras do Orçamento de 2020 (restos a pagar dos créditos extraordinários criados) pode nem ser suficiente para atender às demandas dos parlamentares do bloco por muito tempo, que dirá para expandir transferências de renda para a população mais vulnerável.

É provável que o governo não faça nem uma coisa nem outra, ou seja, que fiquemos mesmo sem rumo de política econômica até 2022. Nesse cenário, Bolsonaro manteria Paulo Guedes em seu papel de *“cheerleader”* do mercado: continuaria a defender o teto de gastos, as reformas e as privatizações, mas aprovaria apenas as medidas de precarização do trabalho (alguma versão da tal carteira verde e amarela), de destruição ambiental (regularização das terras públicas invadidas por grileiros na Amazônia, por exemplo) e cortes pouco expressivos de despesas obrigatórias. Enquanto isso, os parlamentares do centrão manobrariam o teto de gastos para manterem-se de barriga cheia.

Se olharmos com atenção, esse cenário não é muito distinto do que assistimos no governo Temer, que ao fim e ao cabo aprovou apenas uma reforma trabalhista e um teto de gastos que só se tornaria restritivo para seu sucessor. O *“dream team”* da equipe econômica se encarregava de animar o mercado enquanto a base no Congresso cobrava caro para evitar as investigações por corrupção do presidente, que ganharam prioridade em relação à aprovação da reforma da Previdência. Ao contrário da ex-presidente Dilma em 2015, que cortou o que pôde de despesas discricionárias na gestão Joaquim Levy na Fazenda, Temer não chegou nem a fazer ajuste fiscal. Tampouco optou por gastar com rubricas com altos efeitos multiplicadores sobre a renda e o emprego, que teriam contribuído para uma recuperação mais rápida da economia brasileira.

Mas Temer não precisava de popularidade, pois não disputaria a reeleição. É possível que no caso de Bolsonaro, as manobras voltadas a abrir espaço no Orçamento para o expansionismo fiscal fisiológico típico do centrão acabem encontrando um lugarzinho também para a prorrogação do auxílio emergencial ou a expansão do programa Bolsa Família. Qualquer que seja o cenário, está claro que passaremos longe mais uma vez do que a economia brasileira precisa para retornar mais rápido aos níveis de renda média de 2014: uma agenda de recuperação inclusiva e sustentável.

***Laura Carvalho** é professora da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Autora, entre outros livros, de *Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico* (Todavia).

Publicado originalmente no *Nexo Jornal*.